

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Rectificação n.º 855/2008

Na sequência da publicação da listagem das transferências efectuadas pelo Instituto do Desporto de Portugal, I. P., no 2.º semestre de 2007, com o n.º 198/2008 na 2.ª série do *Diário da República* n.º 69, de 8 de Abril de 2008, pág.15422, verifica-se que a mesma saiu com um erro material, decorrente do processo interno de publicação electrónica, o qual se rectifica, nos termos e com os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 148 do Código de Procedimentos Administrativo.

Assim, onde se lê:

“... Instituto Português da Juventude, I. P.”

deve ler-se:

“... Instituto do Desporto de Portugal, I. P.”

9 de Abril de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho n.º 11241/2008

Estipula o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2006, de 29 de Maio, que o número máximo de estagiários a recrutar para cada edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) é fixado anualmente por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração local, das finanças e da administração pública e do trabalho e da solidariedade social.

Por seu lado, o artigo 17.º da Portaria n.º 1211/2006, de 13 de Novembro dispõe que cada edição do Programa é financiada pela entidade na qual decorra o estágio, sem prejuízo do seu financiamento através de fundos estruturais comunitários.

Considerando que o financiamento do Programa de Estágios Profissionais na administração local se enquadra na medida n.º 5.2, «Estágios profissionais do programa operacional potencial humano», mostra-se necessário decidir sobre o número de estágios a contemplar na 2.ª edição.

Assim, determina-se que é fixado em 1000 o número máximo de estagiários a recrutar no âmbito da 2.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, cujo processo de recrutamento e selecção se iniciará em 2008.

24 de Março de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 11242/2008

1 — Nos termos do disposto n.º 4 do artigo 20.º, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, é exonerado, a seu pedido, o licenciado Rui Fernando Nunes Simões, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, IP (ITIJ, IP).

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Abril de 2008.

8 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 11243/2008

1 — Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, é nomeada a Mestre Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho

Chora, para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, IP (ITIJ, IP).

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Abril de 2008.

8 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota curricular

Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho Chora.

Nasceu em Lisboa em 28 de Junho de 1956.

Licenciada em Matemática Aplicada (Ramo Mecânica) em 1978 pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Mestre em Sistemas de Informação Geográfica em 2000 pelo Instituto Superior Técnico.

De 1978 a 1985 foi Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa leccionando várias cadeiras da área de Física Matemática.

Em 1985 optou pela carreira técnica ingressando como técnica superior no então Instituto Geográfico e Cadastral, actual Instituto Geográfico Português. Ai iniciou a carreira de informática colaborando no desenvolvimento de sistemas de informação na área de Cadastro e Geodesia.

Entre 1995 e 1997 como técnica superior da Direcção-Geral de Viação colaborou nos sistemas de Registo Individual de Condutor, Sistema de Inspeções Periódicas Obrigatórias e Sistema de Ensino da Condução Automóvel.

Em 1997 ingressou no Instituto da Vinha e do Vinho como Chefe da Divisão de Informática colaborando, de entre outros, no projecto de Cadastro Geográfico da Vinha. Definiu as bases do Sistema de Informação da Vinha e do Vinho e iniciou a sua implementação.

Entre 2002 e 2005 como especialista de informática foi requisitada para a Unidade de Coordenação Nacional do INTERREG III sendo responsável pela implementação e suporte dos sistemas de informação de apoio à coordenação nacional desta iniciativa comunitária. Colaborou com as unidades de gestão de outros estados membros, no âmbito da iniciativa INTERREG III, na definição de sistemas de gestão de candidaturas e controlo de pagamentos. Exerceu também funções de auditoria.

Em 2005 integrou o Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça trabalhando no projecto do Registo Predial. Desde Dezembro de 2006 e até à presente data, foi Directora do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação sendo responsável, entre outros, pelos projectos Informação Empresarial Simplificada, Casa Pronta, componente da Justiça do Cartão do Cidadão, Sistemas de Informação dos Registos Predial, Comercial, Civil e Automóvel.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 11244/2008

Atento o disposto no artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 123/2005, de 3 de Agosto, Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e em conformidade com o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro:

Nos termos da alínea a) do n.º 3 do Despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 12 de Junho de 2007, determino a prorrogação da comissão de serviço, até 31 de Julho de 2008, do Dr. Jorge Manuel Santos Leonardo para continuar a desempenhar as funções de Conselheiro Técnico Principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com efeitos a partir de 18 de Julho de 2008.

10 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Louvor n.º 324/2008

Ao terminar as suas funções no meu Gabinete, por ter sido nomeada para o exercício de um novo cargo, é com toda a justiça que testemunho publicamente o meu reconhecimento pela forma competente como a Assistente Administrativa Especialista Ilda Neves Pereira desempenhou, ao longo do último ano e meio, as suas tarefas de gestão e arquivo documental, tendo demonstrado permanentemente um elevado rigor e brio profissional ao longo deste tempo.

2 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.